



RESENHA

Bernardes, J. Frederico, S. Gras, C. Hernández, V & Maldonado, G. (Org). (2017). *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. (1a ed). Rio de Janeiro: Lamparina.

Aline Carolina da Rocha Mota
Universidade Estadual da Paraíba

Alexandre César Cunha Leite
Universidade Estadual da Paraíba

O livro organizado por Júlia Bernardes, Samuel Frederico, Carla Gras, Valéria Hernandez e Gabriela Maldonado é fruto da colaboração de diversos pesquisadores das áreas de antropologia, geografia e sociologia. O livro tem como objetivo central examinar as complexas relações e consequências que decorrem dos investimentos realizados pelo capital financeiro internacional no setor agrícola. A análise realizada parte da observação dos mecanismos de expansão de produtividade e acumulação de riqueza utilizados pelas grandes corporações argentinas no território brasileiro. O conteúdo do livro se insere nos debates sobre aquisições transnacionais de terras, que tem despertado o interesse da academia de Relações Internacionais e áreas afins (LIMA; LEITE, 2016).

A presença do capital financeiro internacional no agronegócio tornou-se mais ostensiva a partir do fim da primeira década dos anos 2000. A eclosão das crises alimentar, energética, financeira e ambiental, provocaram instabilidades na conjuntura econômica, motivando investidores internacionais a empregar o seu capital financeiro em ativos com menor risco, não obstante pudesse apresentar baixa liquidez, como a terra (Lima & Leite, 2016; Pereira, 2017). Os capítulos do livro conseguem abarcar as múltiplas facetas da financeirização do agronegócio e uma de suas principais consequências, o *land grabbing*. A literatura especializada utiliza esta expressão para se referir ao controle territorial que resulta da corrida mundial por terras. Assim, o termo *land grabbing* traz consigo um teor crítico, que indica a existência de impasses quanto a posse dos territórios comercializados.

O livro consegue explorar a diversidade de atores envolvidos na comercialização de terras, com destaque para atuação de diferentes fundos (pensão, soberanos, e *private equity*¹). Além de corporações (bancos, seguradoras, empresas) e indivíduos de alta renda. Os investimentos feitos pelo setor financeiro nas empresas analisadas são direcionados para a produção agrícola, mas simultaneamente, alimentam o mercado especulativo de terras.

O livro é composto por duas partes, com quatro capítulos em cada uma delas. A primeira parte engloba discussões mais abrangentes sobre a entrada do capital financeiro na agricultura e as consequências territoriais deste processo. Esta

parte, proporciona ao leitor a imersão nos conceitos-chave que são recuperados ao longo de todo o livro. Os capítulos da segunda parte da obra dedicam-se à análise dos casos de quatro grandes empresas argentinas que atuam no Brasil, a saber: Grupo El Tejar, Cresud, Grupo Los Grobo e Adecoagro. Os autores preocuparam-se em prover os leitores de recursos visuais como gráficos e mapas que facilitam a ilustração e visualização dos casos e dos argumentos apresentados. No mesmo sentido, deve-se destacar a utilização de fontes primárias como sustentação da análise dos casos tratados.

O primeiro capítulo, da autoria de Samuel Frederico e Carla Gras, dedica-se à explanação do processo que levou o capital financeiro internacional a direcionar investimentos para o setor agrícola, com destaque para a corrida mundial por terras. Os autores apresentam diferentes concepções conceituais do fenômeno em questão, colaborando para a formação do senso crítico do leitor. A entrada de capital financeiro nas empresas argentinas foi fundamental para a “translatinização” (expansão das empresas para outros países do Cone Sul) alterando profundamente o setor produtivo destas corporações.

O segundo capítulo, possui autoria de Valeria Hernández e versa sobre a função das inovações tecnológicas no processo que impulsionou o crescimento do setor agrícola, a partir da entrada de capital estrangeiro. A autora critica a instrumentalização do conhecimento técnico pelo capital financeiro, transformando-o em mercadoria. De acordo com Hernández, observa-se uma repercussão negativa na constituição das subjetividades individuais de trabalhadores, condicionando suas habilidades cognitivas e suas experiências em sociedade aos interesses da acumulação de capital.

O capítulo três foi escrito por Júlia Bernardes e Gabriela Maldonado. A ênfase das autoras recai sobre a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil e na Argentina a partir da década de 1970, no contexto da implementação de medidas econômicas liberalizantes. No território brasileiro, o setor agrícola se expandiu pela região do bioma cerrado. Na Argentina, o avanço do setor acometeu a região de Santiago del Estero. As autoras denunciam que o processo de expansão do modelo de agronegócio no Cone Sul, sobretudo no Brasil e na Argentina, provocou alterações negativas no modo de produção e na divisão territorial do trabalho, como a desvalorização das atividades realizadas por pequenos produtores rurais.

A primeira parte do livro encerra-se com o capítulo escrito por Gabriela Maldonado, Marina Almeida e Ana Picciani. As autoras realizaram uma análise sobre como a expansão do modelo de agronegócio reconfigurou a divisão territorial do trabalho. Segundo Maldonado, Almeida e Picciani, a entrada de capital internacional nas atividades agrícolas contribuiu para a centralização das empresas em grandes cidades, como São Paulo, no Brasil e Buenos Aires, na Argentina. A explicação está vinculada a rede de serviços que estas metrópoles oferecem às sedes das empresas, por exemplo, a maior facilidade de acesso a instituições financeiras. As cidades com importância regional, portanto, mais próximas das áreas produtoras, exercem função de subsidiar os trabalhadores, através dos serviços por elas oferecidos, como venda de equipamentos e insumos

agrícolas. Assim, o argumento central deste capítulo é que a expansão da agricultura, nestes países citados, fortaleceu o poder das grandes metrópoles, centralizando ainda mais as decisões e aumentando a importância estratégica destas cidades.

A segunda parte do livro, proporciona ao leitor análises sobre as estratégias utilizadas pelas megaempresas e investidores financeiros internacionais na expansão de suas atividades na região do Cone Sul, e em especial no Brasil. Cada um dos quatro capítulos trata sobre uma megaempresa e os diferentes mecanismos empregados pelas mesmas na aquisição de terras e no incremento da produtividade agrícola. Cabe destacar que, o livro distingue por meio do termo “megaempresas” as empresas analisadas de outras grandes empresas do mesmo setor produtivo. O termo megaempresas se refere, portanto, àquelas que se caracterizam pelo controle de mais de 100 mil hectares de terra, com emprego de tecnologia avançada e inovação constante. Além disto, as megaempresas argentinas adotaram formas de organização do trabalho cada vez mais desreguladas e com forte presença de capital financeiro em várias etapas da produção.

O capítulo escrito por Samuel Frederico e Andrea Varrotti cumpre uma função importante nos estudos sobre aquisições transnacionais de terras. O texto dedica-se à discussão do papel das empresas de *private equity* no financiamento do agronegócio. O caso analisado pelos autores é o da empresa El Tejar, que passou por um processo de internacionalização, no início da década de 2000, tornando-se um dos maiores produtores de soja no mundo. O sucesso inicial da empresa, pode ser explicado, em grande parte, pela atuação de fundos *private equity*. O ponto central destacado no capítulo, é a atuação destes fundos e como estes ainda passam despercebidos por parte de acadêmicos e da sociedade civil, cuja ênfase analítica direciona-se, sobretudo, para as corporações.

No capítulo seguinte, de Carla Gras e Rodrigo Nascimento, tem-se uma investigação acerca da principal estratégia utilizada pela empresa Cresud para expandir seus negócios na América Latina que consistiu em adquirir e incentivar a valorização de porções de terras rurais. Este mecanismo de atuação colocou a empresa entre as corporações que mais monopolizam terras no mundo. O capítulo elucida um ponto chave nos estudos sobre *land grabbing*: a transformação da terra de fator de produção para ativo financeiro. Esta alteração no papel da terra dentro da economia, segundo os autores, ocorre pelas modificações no seu uso.

O sétimo capítulo, redigido por Andrea Varrotti, analisa a acumulação de capital alcançada pelo Grupo Los Grobo, a partir das adaptações que a corporação realizou em sua estrutura produtiva e organizacional, motivados pela entrada de financiamento internacional. Dessa forma, a autora chama a atenção do leitor para a necessidade de perceber as formas pelas quais o investimento externo molda os interesses e as estruturas no interior das megaempresas. Os ajustes realizados pelo Grupo Los Grobo ampliaram os lucros da corporação, todavia, acarretaram consequências importantes para as regiões em que a empresa se

instalou, como concentração de posse de terras e desvalorização do preço da mão-de-obra.

O último capítulo do livro, escrito por Marina Almeida e Larissa Guida, faz uma análise da atuação da empresa Adecoagro no território brasileiro. A empresa tem expandido sua atividade a partir da diversificação do seu setor produtivo, com destaque para o crescimento do setor sucroenergético, característica que a distingue das demais corporações analisadas. As autoras evidenciam o crescimento da lucratividade em torno da produção dos *flex crops*, ou seja, culturas que podem ser empregadas na indústria alimentícia, produção de energia e para ração animal. Esta diversidade de aplicação possibilita maior capacidade de acumulação de capital. Diante do exposto, *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*, contribui de maneira significativa para o entendimento do fenômeno do *land grabbing*, sobretudo no Brasil. O livro tem o mérito de associar a base conceitual do fenômeno a estudos de casos explicando os diferentes mecanismos utilizados pelo capital financeiro internacional para aumentar sua rentabilidade a partir do agronegócio, demonstrando a adaptabilidade do setor financeiro e as consequências preocupantes que acarretam, sobretudo, para as áreas produtivas.

REFERÊNCIAS

LIMA, T.; LEITE, A. (2016). Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea? *Monções*, 5(9), 121-151. 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php?journal=monções>>. Acesso em: 13 jul 2020.

PEREIRA, L. Land grabbing, land rush, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 5(2), 34-56, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p34>> . Acesso em: 14 jul 2020.

¹ *Private equity* corresponde a um tipo de investimento cujos aportes de capital são destinados a empresas com alta possibilidade de valorização no mercado. O objetivo deste tipo de aplicação é o lucro obtido a partir da venda da empresa adquirida, após a elevação de seu valor de mercado.